



27/11/2014 - Telesíntese

## Anatel não muda, teles vão à justiça, mas governo vai receber este ano R\$ 4,9 bi da faixa de 700 MHz

Fontes de três operadoras de celular confirmaram hoje ao Tele.Síntese que vão procurar a justiça contra o valor maior que receberam da Anatel pelo que deveriam pagar pela faixa de 700 MHz, cuja assinatura do contrato foi marcada pela agência para o próximo dia 5 de dezembro. E, ao contrário do que informa hoje o jornal Folha de S. Paulo, o governo vai arrecadar este ano o principal de R\$ 4,9 bilhões do leilão, porque as operadoras não têm a intenção de não pagar o que ofereceram na disputa, só questionam o valor a mais de R\$ 186 milhões que a agência está cobrando.

Fontes de três operadoras de celular confirmaram hoje ao Tele.Síntese que vão procurar a justiça contra o valor maior que receberam da Anatel pelo que deveriam pagar pela faixa de 700 MHz, cuja assinatura do contrato foi marcada pela agência para o próximo dia 5 de dezembro. E, ao contrário do que informa hoje o jornal Folha de S. Paulo, o governo vai arrecadar este ano o principal de R\$ 4,9 bilhões do leilão, porque as operadoras não têm a intenção de não pagar o que ofereceram na disputa, só questionam o valor a mais de R\$ 186 milhões que a agência está cobrando.

Segundo um executivo de uma das operadoras, três são as estratégias que poderão ser adotadas na esfera judicial por cada um das empresas para questionar o valor cobrado a mais – de R\$ 186 milhões das quatro operadoras que participaram do leilão (Algar Telecom, Claro, TIM, Vivo): fazer o depósito integral e depois recorrer à justiça; conseguir da justiça o depósito em juízo do principal ou apenas depositar em juízo a diferença questionada.

A Anatel, na noite de terça-feira, negou o recurso das empresas sobre este valor cobrado a mais, e as operadoras tentaram pelo menos que esta diferença em litígio fosse cobrada em separado. Fontes da agência afirmam, contudo, que a agência não vai mudar os valores calculados, aprovados inclusive pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

### O que está em disputa

As divergências acontecem porque o leilão, muito complexo, previa também que as vencedoras da licitação teriam que desembolsar R\$ 930 milhões cada uma para fazer a limpeza da faixa vendida, de 700 MHz, hoje ocupada pelas emissoras de TV analógicas. Este dinheiro será usado para financiar as emissoras de TV a migrarem para sistemas digitais em outra frequência e para subsidiar a população de baixa renda a receber os sinais digitais. Para o governo, a Claro e a TIM vão pagar R\$ 1,947 bilhão; a Vivo R\$ 1,927 bi e a Algar Telecom R\$ 29,5 milhões.

Mas o edital contava com a participação das quatro grandes operadoras nacionais e duas regionais. Só que a Oi e a Sercomtel não compareceram ao leilão, o que repassou a obrigação da limpeza da frequência dessas duas empresas para aquelas que participaram da disputa. Isto estava explícito no edital. O questionamento das operadoras é que o edital estabelecia que a conta a ser repartida deveria ser calculada com base WACC (Custo Médio Ponderado de Capital) e a agência usou outros critérios para calcular o valor, encontrando preço mais alto. Assim, ao invés de pagarem R\$ 300 milhões a mais cada uma das três operadoras, e R\$ 30 milhões a Sercomtel, a conta veio R\$ 60 milhões mais salgada para a Claro, R\$ 62 milhões a mais para Vivo e TIM e R\$ 2 milhões a mais para a Algar Telecom. “E 60 milhões é muito dinheiro, não dá para abrir mão”, assinala um executivo.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

26/11/2014 - Adital

# O desafio da desigualdade social: ricos com mais 1 bilhão de dólares cresceram 38%



A América Latina e o Caribe continuam sendo as regiões mais desiguais do mundo. Os mais ricos abocanham em média 50% das rendas totais da região, enquanto os mais pobres ficam apenas com 5%. Se as três pessoas mais ricas do mundo gastassem 1 milhão de dólares por dia cada uma, seriam necessários 200 anos para acabar todo o seu dinheiro. Isso não ocorre, unicamente, nos países mais ricos. No México, Carlos Slim, o mais rico de todos os latinos e o segundo homem mais rico do mundo, poderia pagar só com suas rendas de um ano os salários anuais de 440.000 mexicanos.

Este cenário desanimador impõe uma constatação a crescente desigualdade é o maior desafio social para os governos de todo o mundo, em especial os latino-americanos. Um informe recente da organização internacional de direitos humanos Oxfam, "Iguais: Acabemos com a desigualdade extrema", destaca que a desigualdade dificulta o crescimento econômico, corrompe a política, limita as oportunidades e alimenta a instabilidade, enquanto que exacerba a discriminação, especialmente contra as mulheres.

A crescente desigualdade poderá causar um

retrocesso de décadas na luta contra a pobreza. Só na América Latina e Caribe, o número de ricos que acumulam mais de 1 bilhão de dólares cresceu em 38% de 2012 a 2013. Em nenhuma outra região do mundo, esse grupo subiu tanto.

O informe revela ainda que apenas entre 2013 e 2014 as 85 pessoas mais ricas do Planeta – que possuem a mesma riqueza da metade mais pobre da população mundial – aumentaram seu patrimônio em 668 milhões de dólares por dia, o que equivale a quase meio milhão de dólares a cada minuto.

De acordo com a Oxfam, desde o Fundo Monetário Internacional até o Papa Francisco, passando pelo presidente estadunidense, Barack Obama, e o Fórum Econômico Mundial, cada vez mais existe um consenso de que a desigualdade é um dos maiores desafios do tempo atual e não combatê-la aprofunda os problemas econômicos e sociais. Apesar de todas essas advertências, não são tomadas medidas concretas. "Essa falta de ação por parte dos governos é inaceitável, mais ainda no caso da América Latina e Caribe, que continua sendo a região mais desigual do Planeta", salienta a entidade.





## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

Winnie Byanyima, diretora executiva da Oxfam Internacional, afirma: “longe de fomentar o crescimento econômico, a desigualdade extrema constitui um obstáculo para a prosperidade dos habitantes do Planeta. Hoje em dia, o crescimento econômico só beneficia os mais ricos, e continuará sendo assim até que os governos ajam. Não deveríamos permitir que as doutrinas econômicas – que só buscam o benefício em curto prazo –, ou as pessoas ricas e poderosas – que buscam apenas o benefício próprio – nos ceguem ante esses fatos”.

### Pequenas ações podem frear a desigualdade

Os benefícios de pequenas ações para frear a desigualdade falam por si só. Um ligeiro aumento de 1,5% no imposto sobre a riqueza dos multimilionários de todo o mundo seria suficiente para que todas as crianças do mundo estejam na escola, bem como para a provisão de serviços básicos de saúde nos países mais pobres.

Investir em serviços públicos gratuitos também é essencial para acabar com a brecha entre as pessoas ricas e o restante. Todos os anos, 100 milhões de

pessoas em todo o mundo ficam mais pobres por terem que pagar para receber assistência médica. De 2009 a 2014, pelo menos 1 milhão de mulheres morreu durante o parto, devido à falta de serviços básicos de saúde.

Com seu novo informe, respaldado pelo ex-secretário geral da Organização das Nações Unidas (ONU) Kofi Annan e o economista Joseph Stiglitz, entre outras personalidades, a Oxfam lança uma campanha cujo objetivo é exigir aos líderes mundiais que convertam suas palavras em atos e garantam um tratamento justo para as pessoas mais pobres. Para isso, uma das ações importantes que os governos devem cumprir é frear a evasão e a sonegação fiscal de grandes empresas e pessoas endinheiradas. Isso para que os Estados tenham suficientes recursos para construir sociedades mais justas. Os ricos latino-americanos acumulam ao redor de 2 bilhões de dólares (equivalente ao PIB – Produto Interno Bruto - do Brasil) em paraísos fiscais. Segundo a Oxfam, as empresas na América Latina e Caribe registram níveis de evasão que vão de 46% no México a 65% no Equador, sem suficientes punições.

26/11/2014 - Correio do Brasil

## Pronatec irá beneficiar pessoas com deficiência, população de rua e adolescentes

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) terá uma modalidade para beneficiar pessoas com deficiência, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e moradores de rua. O chamado Pronatec Direitos Humanos teve as regras e critérios para a execução e monitoramento definidas em portaria da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) publicada nesta quarta-feira no Diário Oficial da União.

De acordo com a portaria, a modalidade será dividida em três grupos: Pronatec Viver Sem Limite, Pronatec Sinase e Pronatec População de Rua.

A qualificação e aperfeiçoamento profissional desses grupos será feita dentro das regras do programa, estabelecidas pelo Ministério da Educação, a

partir de demandas apresentadas pela SDH.

A secretaria vai atuar em conjunto com órgãos estaduais, municipais e organizações da sociedade civil para identificar demandas e organizar a seleção e a pré-matricula dos beneficiários.

Assim como nas outras modalidades do programa, os cursos do Pronatec Direitos Humanos serão ofertados pelas instituições das redes federal, estadual e municipal de educação profissional e instituições dos serviços nacionais de aprendizagem.

Criado em 2011, o Pronatec já ofereceu cerca de 7,5 milhões de vagas. A meta do governo é chegar a 8 milhões até o fim de 2014, antes da segunda etapa do programa, que deverá oferecer 12 milhões de vagas entre 2015 e 2018.





27/11/2014 - CUT

## Para OIT, Brasil é referência mundial no combate ao trabalho escravo

### Organização afirma que Brasil tem política de Estado, não de governo

Apesar da avaliação positiva da OIT, participantes de seminário na Câmara dos Deputados criticaram proposta que regulamenta a PEC do Trabalho Escravo. O texto de regulamentação não prevê o confisco de propriedade onde forem encontrados trabalhadores em jornada exaustiva ou em condições degradantes.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) reconhece o Brasil como referência mundial no combate ao trabalho escravo. Em seminário da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional que discutiu o trabalho escravo no mundo globalizado, a diretora do escritório em Brasília da OIT, Laís Abramo, afirmou nesta quarta-feira (26) que a experiência brasileira coloca o País na vanguarda do enfrentamento dessa grave violação dos direitos humanos.

“O Brasil tem, desde 1995, o compromisso com a erradicação do trabalho escravo. Trata-se de uma política de Estado e não de governo”, afirmou Abramo.

A representante da OIT informou que, no mundo todo, são quase 21 milhões de pessoas submetidas ao trabalho forçado ou obrigatório. “O lucro dos envolvidos com trabalho escravo é de 150 bilhões de dólares por ano”, disse Laís Abramo.

Ela ressaltou que, no Brasil, o trabalho escravo está associado a outros tipos de crimes, como o trabalho infantil, a exploração sexual de crianças e adolescentes e áreas onde o desmatamento é mais destacado. “Se olharmos o mapa do desmatamento da Amazônia, veremos que essa região é onde a OIT mais encontra trabalhadores nessas condições”, explicou.

### Relatório

O presidente da comissão, deputado Eduardo Barbosa (PSDB-MG), apresentou dados de relatório

divulgado no último dia 17 pela Fundação Walk Free que aponta, em 2014, cerca de 156 mil pessoas em situação análoga à escravidão no Brasil. Isso representa uma queda de 26% em relação ao ano passado.

O parlamentar destacou ainda que muitos imigrantes chegam ao Brasil em busca de emprego e acabam se submetendo ao trabalho escravo. “Haitianos e sul-americanos chegam ao País, muitas vezes, de forma ilegal e são submetidos a essa exploração, que antes era exclusiva do meio rural, e hoje se estende às cidades, principalmente no setor têxtil e na construção civil”, afirmou Barbosa.

### Operações

De acordo com a auditora fiscal do trabalho Fabíola Nazaré de Oliveira, desde 1995 o Brasil realizou 1.686 operações que resgataram quase 48 mil trabalhadores do regime de escravidão. Ela destacou ainda que houve um aprimoramento do olhar da fiscalização do trabalho escravo de imigrantes. “Criou-se toda uma política de proteção a essa vítima. Antes, havia uma rotina de deportação do trabalhador que fosse encontrado aqui irregular”, explicou Oliveira.

### Regulamentação

A Emenda Constitucional 81 (PEC do Trabalho Escravo), promulgada em junho deste ano pelo Congresso, prevê o confisco de propriedades rurais e urbanas que possuem trabalhadores submetidos à escravidão, mas ainda aguarda regulamentação.

O relatório do senador Romero Jucá (PMDB-RO) ao projeto que regulamenta a PEC foi aprovada semana passada por uma comissão do Congresso. Esse relatório, no entanto, foi criticado pelos participantes do seminário por flexibilizar o conceito de trabalho escravo.



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda | Jornalistas Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

O texto considera trabalho escravo a submissão a trabalho forçado, com ameaça de punição, com uso de coação ou com restrição da liberdade pessoal, mas não inclui a jornada exaustiva e as condições degradantes por ter sido considerado pelo relator conceitos abertos e subjetivos.

Para o procurador do Trabalho Jonas Ratier Moreno, esses conceitos são objetivos e facilmente percebidos por qualquer fiscal do Trabalho. Segundo ele, condições degradantes são as que configuram

desprezo à dignidade humana no que se refere à higiene, saúde, moradia, segurança, repouso, alimentação, entre outros. E jornada exaustiva diz respeito à intensidade, frequência, desgaste, que cause prejuízo à saúde física, ou mental, agredindo sua dignidade.

“Nos anos 70/80, os trabalhadores de cana cortavam 4 toneladas. Hoje, são 14 [toneladas]. Muitos morrem por exaustão. Como isso pode ser subjetivo?”, destacou Moreno.

27/11/2014 - Rede Brasil Atual

## Investimento no PAC avança 41,1% em 2014 e atinge R\$ 51,5 bi

Os investimentos feitos pelo governo federal no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) avançaram 41,1% em 2014, em relação a igual período do ano passado, segundo dados divulgados nesta quarta-feira (26), pelo Tesouro Nacional. Com isso, os recursos investidos no programa somaram R\$ 51,5 bilhões nos dez primeiros meses deste ano, contra R\$ 36,5 bilhões em 2013.

O PAC foi lançado em 2007 e, em 2011, o governo lançou o PAC2. Em junho, durante o balanço da fase dois do programa, o Ministério do Planejamento informou que 95,5% das ações previstas para 2011-2014 haviam sido concluídas e 84,6% dos recursos tinham sido executados. Com isso, o PAC2 cumpre a função de realizar obras de infraestrutura para elevar a competitividade do País, gerar empregos e incentivar os investimentos públicos e privados.

### Minha Casa, Minha Vida

Já os investimentos no programa habitacional Minha Casa, Minha Vida alcançaram R\$ 68,8 bilhões de janeiro a outubro deste ano, segundo os dados do Tesouro.

O valor representa um aumento de 28,2% ante igual período de 2013, quando somou R\$ 53,7 bilhões.

### Estímulos à produção

Entre janeiro e setembro deste ano, o governo federal abriu mão de arrecadar R\$ 75 bilhões por causa das desonerações tributárias, concedidas para estimular o mercado interno e o setor produtivo do País, como a folha de pagamento, cesta básica e ICMS na base de cálculo do PIS/Cofins – Importação.

Esses recursos podem ser considerados como um investimento do governo para aumentar a competitividade brasileira. Apenas em setembro, a renúncia fiscal foi de R\$ 8,39 bilhões sobre a arrecadação do mês, contra R\$ 6,8 bilhões em igual mês do ano passado.

Entre os descontos e isenções de impostos já concedidas pelo governo está a redução da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de carros novos, móveis e eletrodomésticos da linha branca (como geladeiras e fogões). Neste ano, só as desonerações fiscais somam mais de R\$ 75 bilhões.



27/11/2014 - CUT

## "Prioridade é combater a corrupção na Petrobrás"

FUP cobra participação de um representante da entidade nas apurações internas da empresa

Dando sequência à reunião com Maria das Graças Foster, ocorrida no último dia 21, a FUP encaminhou à presidenta da Petrobrás documento reiterando a cobrança de participação de um representante da Federação nas apurações internas que a empresa tem feito sobre os fatos investigados pela Operação Lava Jato, bem como denúncias de corrupção na contratação de navios FPSO da empresa holandesa SMB Offshore. A FUP também cobra da Presidência da Petrobrás a primeirização de todas as atividades de produção que estão atualmente terceirizadas, bem como que a empresa assuma integralmente as atividades das sete sondas que estão sendo construídas para operar no pré-sal. Como vem destacando os trabalhadores, a terceirização tem sido historicamente uma porta de entrada para a corrupção na Petrobrás.

Efetivo e NR-20

No documento enviado à Graça Foster, a FUP cobrou ainda que a empresa cumpra rigorosamente a cláusula 96 do Acordo Coletivo de Trabalho, que garante a negociação permanente de efetivos com a FUP, e também da Norma Regulamentadora número 20, que, apesar de estar em vigor desde março de 2012, até hoje não foi implementada pela Petrobrás. A NR-20 prevê que o "empregador deve dimensionar o efetivo de trabalhadores suficiente para a realização das tarefas operacionais com segurança" e que "os critérios e parâmetros adotados para o dimensionamento do efetivo de trabalhadores devem

estar documentados".

Propostas e cobranças da FUP encaminhadas à Presidência da Petrobrás:

- ü Participação de um representante da FUP nas investigações internas sobre a SBM, Operação Lava Jato e as filmagens que vazaram no Edifício de Brasília.
- ü Capacitação e valorização dos fiscais e gerentes de contratos.
- ü Cronograma de primeirização das atividades de produção que estão atualmente terceirizadas, como por exemplo, a P-63, cuja operação e produção são realizadas por navios afretados.
- ü Operação por parte da Petrobrás das sete sondas que estão sendo construídas pela empresa Sete Brasil.
- ü Campanha de esclarecimento, com resgate da motivação da força de trabalho, sobre as denúncias que estão sendo feitas contra a Petrobrás.
- ü Utilização do blog Fatos e Dados para rebater o denunciamento da mídia.
- ü Esclarecimentos sobre a criação da nova Diretoria de Governança.
- ü Esclarecimentos sobre o Programa Petrobrás de Prevenção à Corrupção.
- ü Apresentação do quadro de trabalhadores que atuam no sistema de Auditoria Interna da Petrobrás.
- ü Cumprimento da cláusula 96 do ACT, bem como da NR-20.